

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2010**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS**  
**REALIZADA EM 23/02/2011.**

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 3º Quadrimestre de 2010, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios bimestrais e semestrais, publicados no Átrio Municipal e no site [www.famurs.com.br](http://www.famurs.com.br) e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

## **1. RESULTADO PRIMÁRIO**

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade demonstrar a capacidade de o Município honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações). No período de janeiro a dezembro de 2010, o resultado primário foi de R\$ 1.189.183,22. Esse valor é R\$ 2.134.833,22, superior ao valor inicialmente estabelecido de R\$ -945.650,00. O desempenho favorável demonstra que as receitas primárias foram suficientes para suportar integralmente as despesas primárias, além de gerar excedentes para o pagamento da dívida, cujo dispêndio com juros e amortizações totalizou R\$ 91.024,42 no período.

O superávit observado deveu-se, principalmente, ao comportamento positivo das receitas primárias - representadas pela receita orçamentária, excluídas as aplicações financeiras, deduções para o FUNDEB, operações de crédito, amortização de empréstimos e alienações de ativos - que, no período, efetivaram-se no montante de R\$ 9.636.603,73 correspondendo a 116,40 % da meta prevista. O valor verificado foi superior às despesas primárias – representadas pelas despesas totais do Município, expurgados o pagamento da dívida e as concessões de empréstimos – que corresponderam, no mesmo período, a R\$ 8.446.420,51. Os valores apresentados permitiram a obtenção de um Resultado Primário acima da projeção para o período.

#### QUADRO 1 – RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITA	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
<b>Receitas Correntes</b>	<b>9.780.820,00</b>	<b>10.562.534,41</b>	<b>107,99</b>
(-) Rendimentos de Aplicações	392.750,00	565.461,81	143,97
(-) Deduções da Receita Corrente	1.364.200,00	1.489.776,27	109,21
<b>1 (=) Receitas Primárias Correntes</b>	<b>8.023.870,00</b>	<b>8.507.296,33</b>	<b>106,02</b>
<b>Receitas de Capital</b>	<b>900.000,00</b>	<b>1.145.294,37</b>	<b>127,25</b>
(-) Operações de Crédito	600.000,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos	20.000,00	15.986,97	79,93
(-) Alienação de Ativos	25.000,00	0,00	0,00
<b>2 (=) Receitas Primárias de Capital</b>	<b>255.000,00</b>	<b>1.129.307,40</b>	<b>442,87</b>
<b>3 Receitas Primárias Totais (1+2)</b>	<b>8.278.870,00</b>	<b>9.636.603,73</b>	<b>116,40</b>
DESPESA	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
<b>Despesas Correntes</b>	<b>7.971.720,00</b>	<b>7.500.894,56</b>	<b>94,09</b>
(-) Juros e Encargos da Dívida	14.600,00	12.641,94	85,59
<b>4 (=) Despesas Primárias Correntes</b>	<b>7.957.120,00</b>	<b>7.488.252,62</b>	<b>94,11</b>
<b>Despesas de Capital</b>	<b>1.344.900,00</b>	<b>1.036.550,37</b>	<b>77,07</b>
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
(-) Aquisição de Títulos de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida	77.500,00	78.382,48	101,14
<b>5 (=) Despesas Primárias de Capital</b>	<b>1.267.400,00</b>	<b>958.167,89</b>	<b>75,62</b>
<b>6 Despesas Primárias Líquidas (4+5)</b>	<b>9.224.520,00</b>	<b>8.446.420,51</b>	<b>91,56</b>
<b>7 Saldos de Exercícios Anteriores</b>		<b>758.176,13</b>	
<b>8 Resultado Primário (3 – 6 + 7)</b>		<b>432.007,79</b>	

### **Observações:**

- a) De acordo com o disposto na Portaria STN nº 577/2008 (MTDF), na avaliação das metas relativas ao primeiro e segundo quadrimestre, não deverão ser incluídos os valores das despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas. Porém, no encerramento do terceiro quadrimestre (final de exercício), as despesas empenhadas, não liquidadas e inscritas em restos a pagar não processados, por constituírem obrigações preexistentes, decorrentes de contratos, convênios e outros instrumentos, deverão compor, em função do empenho legal, o total das despesas realizadas.
  
- b) Também, de acordo com a referida norma, **os recursos provenientes de superávit financeiro identificados no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, que foram utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, bem como os valores referentes aos créditos especiais reabertos no exercício de referência, por pertencerem ao exercício financeiro no qual foram arrecadados, em respeito ao princípio contábil da competência, não poderão ser considerados no cálculo de déficit ou superávit orçamentário**, pois representam recursos arrecadados em exercícios anteriores; tais valores correspondem àqueles informados no campo 7, no demonstrativo acima.

## **2. RECEITA**

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital excluído as deduções da receita, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2010 no montante de R\$ 9.316.920,00. A receita efetivada no período de janeiro a dezembro de 2010 foi de R\$ 10.218.052,51, tendo sido arrecadado, portanto, 109,69% da meta anual. Comparada à projeção para o período, no valor de R\$ 9.316.620,00, constante na programação financeira, que considerou as estimativas de receitas, demonstra-se um superávit de 9,69%. Esse desempenho foi propiciado pelo resultado negativo das receitas correntes, que atingiu o percentual de realização equivalente a 107,88 % da programação anual.

**QUADRO 2 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA**

<b>Discriminação</b>	<b>Previsão Anual</b>	<b>Program. no Período</b>	<b>Realiz. no Período</b>
<b>1 – Receitas Correntes</b>	<b>9.450.820,00</b>	<b>9.450.820,00</b>	<b>10.195.898,79</b>
Receita Tributária	315.620,00	315.620,00	426.329,59
Receita de Contribuições	180.000,00	180.000,00	201.658,41
Receita Patrimonial	392.750,00	392.750,00	568.919,62
Receita Agropecuária	1.650,00	1.650,00	183,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	35.500,00	35.500,00	39.784,07
Transferências Correntes	8.469.800,00	8.469.800,00	8.718.302,99
Outras Rec. Correntes	55.500,00	55.500,00	240.721,11
<b>2 – Receitas Intra-orç</b>	<b>330.000,00</b>	<b>330.000,00</b>	<b>366.635,62</b>
Receitas de Contrib.	330.000,00	330.000,00	366.635,62
<b>3 – Receitas de Capital</b>	<b>900.000,00</b>	<b>900.000,00</b>	<b>1.161.406,20</b>
Operações de Crédito	600.000,00	600.000,00	0,00
Alienação de Bens	25.000,00	25.000,00	0,00
Amort. de Empréstimos	20.000,00	20.000,00	15.986,97
Transfer. De Capital	254.000,00	254.000,00	1.111.964,10
Outras Rec. De Capital	1.000,00	1.000,00	33.455,13
<b>4 (-) Deduç. da Receita</b>	<b>1.364.200,00</b>	<b>1.364.200,00</b>	<b>1.505.888,10</b>
<b>Total da Receita</b>	<b>9.316.620,00</b>	<b>9.316.620,00</b>	<b>10.218.052,51</b>

Fonte:

O total das Receitas Correntes previsto para o período considerado (janeiro a dezembro), de acordo com a programação financeira, foi de R\$ 9.450.820,00. Os valores realizados corresponderam a R\$ 10.195.898,79, ficando a maior em 7,88 da meta estabelecida. Nesse grupo, as receitas mais significativas são as receitas de **Transferências Correntes e as Receitas Patrimoniais**, que figuraram, respectivamente, com 70,75% e 5,56% do total da receita orçamentária realizada, sobressaindo-se o bom desempenho das **Receitas Tributárias e Outras Receitas Correntes**, que apresentaram variação positiva correspondendo a 135,08% e 333,73%, respectivamente do valor projetado para o exercício.

### 2.1.1 Receita Tributária

A Receita Tributária atingiu no quadrimestre em análise o montante de R\$ 157.115,39, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 96.803,74, representa uma realização de 162,30% da projeção para o período e 135,08% do valor estimado para o ano.

Conforme demonstrado no **Quadro 3**, o I P T U arrecadou 97,58% da meta anual, ou seja, previa-se o ingresso de R\$ 115.000,00, tendo sido arrecadados R\$ 112.218,56. A arrecadação dessa receita tem relação direta com o valor venal dos imóveis, tendo sido impactada positivamente pela atualização do cadastro imobiliário do Município.

Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI - para o qual havia uma projeção de R\$ 45.000,00 para o ano, acumulou-se uma arrecadação de R\$ 115.427,90, 256,51% do valor previsto para 2010. Essa receita, além de relação direta com os valores venais dos imóveis, também depende do mercado imobiliário, cujas transações, de acordo com o número de guias de transmissão emitidas, representaram um acréscimo de 35,42 % em relação a igual período do exercício anterior.

Em relação ao I S S Q N, a arrecadação no período foi de R\$ 110.718,85, o que representa 147,63% da previsão. O bom desempenho dessa importante fonte de receita municipal, deve-se a implementação de uma política de combate à sonegação de impostos bem como a atualização da legislação municipal face às alterações provocadas pelas Leis Complementares n.º16/2003 e n.º 123/2006.

As taxas apresentaram o ingresso de R\$ 46.832,40, contra uma projeção de R\$ 37.620,00. Arrecadou-se, portanto, 124,49 da meta anual.

Não houve arrecadação de Receitas de Contribuições no exercício de 2010.

### QUADRO 3 – RECEITAS TRIBUTÁRIAS – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Progr.
<b>Impostos</b>	<b>278.000,00</b>	<b>379.497,19</b>	<b>136,51</b>
I P T U	115.000,00	112.218,56	97,58
I R R F	43.000,00	41.131,88	95,66
I T B I	45.000,00	115.427,90	256,51
I S S Q N	75.000,00	110.718,85	147,63
<b>Taxas</b>	<b>37.620,00</b>	<b>46.832,40</b>	<b>124,49</b>
Taxas p/ Exerc. Poder de Polícia	24.720,00	29.466,07	119,20
Taxas p/ Prestação de Serviços	12.900,00	17.366,33	134,62
<b>Contribuição de Melhorias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total das Receitas Tributárias</b>	<b>315.620,00</b>	<b>426.329,59</b>	<b>135,08</b>

### 2.1.2 Receita de Contribuições

As Receitas de Contribuições acumularam no ano, até o mês de dezembro, o valor R\$ 201.658,41, correspondendo a 112,03% da previsão anual.

As receitas mais expressivas no grupo das Contribuições são decorrentes da contribuição do servidor ativo para o RPPS e registraram uma arrecadação de R\$ 164.494,06, correspondendo a 113,44 % da projeção inicial.

#### QUADRO 4 – RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Previsto
<b>Contribuições Sociais</b>	<b>145.000,00</b>	<b>164.494,06</b>	<b>113,44</b>
Contribuições Previdenciárias	145.000,00	164.494,06	113,44
Compensação Previdenciária	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
<b>Contribuições Econômicas</b>	<b>35.000,00</b>	<b>37.164,35</b>	<b>106,18</b>
Contribuição p/Custeio Ilum. Pública	35.000,00	37.164,35	106,18
Outras Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Receitas de Contribuições</b>	<b>180.000,00</b>	<b>201.658,41</b>	<b>112,03</b>

### 2.1.3 Transferências Correntes

Conforme se visualiza no **Quadro 5**, no grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM –, que realizou R\$ 4.285.043,28 no período, correspondendo a 90,21% da previsão anual. A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – STN –, a qual estimou uma variação positiva referente(s) às transferências aos Estados e Municípios. As previsões não se confirmaram ocorrendo uma significativa queda de arrecadação.

A Compensação Financeira da Lei Complementar 87/96 – Lei Kandir – realizou 96,98% do valor previsto. A previsão dessa receita pautou-se, também, nas recomendações da Secretaria do Tesouro Nacional.

As Transferências de Convênios com a União demonstraram um realizado de R\$ 81.832,88. Foi projetado para o ano R\$ 0,00.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no I C M S, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de R\$ 2.036.297,80, ou seja 104,43% da expectativa inicial, que era de R\$ 1.950.000,00. O comportamento dessa receita está diretamente ligado ao índice de participação do Município, que sofreu um decréscimo de 6% em relação ao ano anterior e, também, da atividade econômica no Estado.

As Outras Receitas Correntes registraram o montante de R\$ 240.221,11, contra uma previsão de R\$ 55.500,00. As maiores arrecadações é verificada, principalmente, nas rubricas das Indenizações e Restituições, onde, para um valor projetado de R\$ 38.000,00 ocorreu uma realização de R\$ 219.094,33.

As Transferências de Convênios com o Estado demonstraram um realizado de 228,18% em comparação à projeção para o período, correspondendo a R\$ 157.727,69.

#### QUADRO 5 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Previsto
<b>Transferências da União</b>	<b>5.374.750,00</b>	<b>4.996.262,23</b>	<b>92,96</b>
Cota parte do F P M	4.750.000,00	4.285.043,28	90,21
Cota parte do I T R	3.000,00	2.816,11	93,87
Cota parte da LC 87/96 (Lei Kandir)	23.000,00	22.304,88	96,98
Cota Parte Fundo Especial (Lei 7525)	45.000,00	50.818,87	112,93
PAB - Parte Fixa	76.000,00	77.913,00	102,52
PAB - Parte Variável	257.000,00	270.777,48	105,36
Outras Transferências do SUS	48.500,00	46.000,00	94,85
Transferências do F N A S	27.750,00	50.760,60	182,92
Transferências do F N D E	118.000,00	136.718,75	115,86
Outras Transferências da União	26.500,00	53.109,26	200,41

<b>Transferências do Estado</b>	<b>2.465.050,00</b>	<b>2.695.562,20</b>	<b>109,35</b>
Cota Parte do I C M S	1.950.000,00	2.036.297,80	104,43
Cota Parte do I P V A	240.000,00	264.238,65	110,10
Cota Parte do IPI / Exportação	55.000,00	49.637,89	90,25
Cota parte da C I D E	15.000,00	18.968,45	126,46
Transf. do Fundo Est. Saúde (FES)	202.050,00	307.815,00	152,35
Outras Transferências do Estado	3.000,00	18.604,41	620,15

Fonte:

#### 2.1.4 - Transferências do F U N D E B

##### QUADRO 6 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – PREVISTAS E REALIZADAS

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Previsão Anual</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real /Previsto</b>
Valores Recebidos do FUNDEB	560.000,00	593.132,66	105,92
Valores Transferidos para o FUNDEB	1.364.200,00	1.296.202,64	95,02
Perda com o FUNDEB	804.200,00	703.069,98	87,42

Fonte:

#### 2.1.5 - Receitas Correntes-Intra orçamentárias

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Previsão Anual</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Realiz</b>
<b>Receitas Intra Orçamentárias</b>	<b>330.000,00</b>	<b>366.635,62</b>	<b>111,10</b>
Contrib.Patronal	184.000,00	199.931,10	108,66
Recuper.Deficít Atuarial/Financeiro	100.000,00	119.314,04	119,31
Parcelamento de Débito	46.000,00	47.390,48	103,02

#### 2.2 Receitas de Capital

As Receitas de Capital alcançaram 127,25% do projetado. A maior previsão e, também, maior desempenho verificado (a) nesse grupo ocorreu nas receitas de transferências de capital, que demonstraram um ingresso de 431,82% diante do projetado, correspondendo a R\$ 1.096.821,60.



### QUADRO 7 – RECEITAS DE CAPITAL – PREVISTO E REALIZADO

DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
<b>Receitas de Capital</b>	<b>900.000,00</b>	<b>1.145.294,37</b>	<b>127,25</b>
Operações de Crédito	600.000,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	25.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	20.000,00	15.986,97	79,93
Transferências de Capital	254.000,00	1.096.821,60	431,82
Outras Receitas de Capital	1.000,00	32.485,80	3.248,58

Fonte:

### 3. DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total empenhada, nela incluída a transferência da cota patronal para o R P P S, no período de janeiro a dezembro de 2010, apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de 0,84, demonstrando um superávit na execução orçamentária de R\$ 1.680.607,58. Esse resultado permite confirmar o atingimento das metas fiscais para o exercício.

As Despesas Liquidadas, considerando as operações intra orçamentárias (transferências patronais para o RPPS), no acumulado do ano até dezembro de 2010 totalizaram R\$ 7.944.751,03, valor equivalente a 92,74% da previsão para o período. O total das despesas correntes realizadas foi de R\$ 7.181.649,42, correspondendo a 104,21% da projeção. As despesas de capital totalizaram R\$ 1.036.550,37, inferior ao valor projetado para o período de 1.344.900,00.

**QUADRO 8 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)**

Receita Realizada	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
<b>(1) Receita Total</b>	<b>9.316.620,00</b>	<b>10.218,052,51</b>	<b>109,68</b>

Despesa Liquidada	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
<b>Despesas Correntes</b>	<b>6.891.720,00</b>	<b>7.181.649,42</b>	<b>104,21</b>
Pessoal e Encargos Sociais	3.363.585,00	3.416.483,42	101,57
Juros e Encargos da Dívida	14.600,00	12.641,94	86,59
Outras Despesas Correntes	3.843.535,00	3.752.524,06	97,63
<b>Reserva Contingência</b>	<b>160.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Reserva Contingência - Exec-RPPS	590.000,00	0,00	0,00
<b>Despesas de Capital</b>	<b>1.344.900,00</b>	<b>989.159,89</b>	<b>73,55</b>
Investimentos	1.267.400,00	958.167,89	75,60
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	77.500,00	30.992,00	39,99
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>Transferências ao R P P S</b>	<b>330.000,00</b>	<b>366.635,62</b>	<b>111,10</b>
Transf.Patronais para o RPPS	184.000,00	199.931,10	108,66
Amortiz.Dívida/Recup.Def.Atuarial	146.000,00	166.704,52	114,08
<b>(2) Despesa Total</b>	<b>9.316.620,00</b>	<b>8.537.444,93</b>	<b>91,64</b>
<b>Resultado Orçamentário (1-2)</b>	<b>0,00</b>	<b>1.680.607,58</b>	
<b>Relação Despesa/Receita (2 / 1)</b>		<b>0,84%</b>	

**Observação:** Conforme a Portaria STN nº 577/2008, para fins de avaliação das metas, durante o exercício, não deverão ser incluídos os valores das despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas. No encerramento do exercício, que corresponde à avaliação do terceiro quadrimestre, as despesas empenhadas, não liquidadas e inscritas em restos a pagar não processados, por constituírem obrigações preexistentes, decorrentes de contratos, convênios e outros instrumentos, deverão compor, em função do empenho legal, o total das despesas liquidadas.

### **3.1 – Juros e Amortização da Dívida**

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito e de outros compromissos de longo prazo, somaram R\$ 12.641,94, correspondendo a 86,59% do total estimado para o período. Já as despesas com a Amortização da Dívida, com valor de R\$ 78.382,48, representaram um desembolso correspondente a 101,14% do total programado.

Nesse aspecto, cabe aqui um registro: conforme demonstrado anteriormente, as receitas provenientes das liberações de operações de crédito totalizaram R\$ 0,00 para um valor amortizado de R\$ 78.382,48 e um pagamento de juros e encargos de R\$ 12.641,94 . Essa ocorrência indica, então, que o Município, além de honrar com a totalidade do pagamento dos juros, também realizou amortização líquida do principal de sua dívida. Cabe salientar também que o Município tem uma dívida com o Fundo Próprio-RPPS para pagar em 20 anos e no mês de dezembro de 2010, o débito atualizado atingia o valor de R\$ 387.711,73.

### **3.2 – Investimentos Realizados**

Já em relação às despesas com investimentos, ficaram abaixo ao valor inicialmente projetado, que foi de R\$ 1.267.400,00, apresentando uma execução de R\$ 958.167,89.

## **4. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF**

A Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado, considerando os poderes executivo e legislativo, é o segundo item mais significativo no conjunto das despesas fiscais. Em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, janeiro a dezembro de 2010, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, está abaixo do limite prudencial de 57%, apresentando, respectivamente, o limite de comprometimento de 34,35% para o Executivo e de 2,97% para o Legislativo.

A Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos doze meses, considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de R\$ 8.708.782,57 e está assim discriminada:

#### QUADRO 9 – APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

<b>Discriminação</b>	<b>Arrecadação dos últimos 12 meses</b>
Receitas Correntes	10.195.898,79
( - ) I R R F s/ Rendimentos do Trabalho	32.636,08
( - ) Cancelamento de Restos a Pagar (Rec. Escritural)	0,00
( - ) Deduções da Receita p/ Formação do FUNDEB	1.296.202,64
( - ) Contribuição dos Servidores para o R P P S	164.494,06
( - ) Compensação Previdenciária recebida pelo R P P S	23.491,72
( - ) Rendimentos de Aplicações do R P P S	480.951,57
( - ) Deduções de outras Receitas	192.410,13
( + ) Perdas com o FUNDEB	703.069,98
<b>( = ) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>8.708.782,57</b>

#### QUADRO 10 – DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA L R F

<b>PODER</b>	<b>Despesa Liquidada</b>	<b>% RCL</b>	<b>Limite Prudencial</b>	<b>Limite Legal</b>
Despesas com pessoal do Executivo	<b>2.991.368,34</b>	<b>34,35</b>	<b>51,30%</b>	<b>54%</b>
Despesas com pessoal do Legislativo	<b>258.991,62</b>	<b>2,97</b>	<b>5,70%</b>	<b>6%</b>
<b>Total das despesas com pessoal</b>	<b>3.250.359,96</b>	<b>37,32</b>	<b>57%</b>	<b>60%</b>

## 5. DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas conforme o Parecer Coletivo nº 001/2003 do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R\$ 1.876.153,04, o que corresponde a 26,62% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município atendeu o limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Conforme demonstrado no **Quadro 6**, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi deficitário em relação ao FUNDEB. Assim, a perda deverá ser computada nos gastos com a educação para fins de apuração dos limites.

Com relação ao FUNDEB, cabe ainda destacar que, de acordo com o art. 22 da Lei Federal 11.494/2007, uma parcela não inferior a 60% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 558.937,52, o que corresponde a 94,23% dos recursos do referido fundo atendendo o dispositivo legal supracitado.

### QUADRO 11 – RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

RECEITAS	PREVISÃO (a)	Arrecadação	
		Até o Quadrimestre (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	<b>286.500,00</b>	<b>387.966,16</b>	135,42
Receitas de Impostos	286.500,00	387.966,16	135,42
Receitas de Transferências Constitucionais	<b>7.021.000,00</b>	<b>6.660.338,61</b>	94,86
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>7.307.500,00</b>	<b>7.048.304,77</b>	96,45
<b>Mínimo a Aplicar em M D E (25%)</b>	<b>1.826.875,00</b>	<b>1.762.076,19</b>	<b>96,45</b>

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	PREVISÃO	DESPESAS LIQUIDADAS	
	ATUALIZADA	Até o Quadrimestre	%
	(a)	(b)	(b/a)
ENSINO FUNDAMENTAL	901.597,53	815.524,78	90,45
ENSINO MÉDIO			
ENSINO PROFISSIONAL			
ENSINO SUPERIOR			
EDUCAÇÃO INFANTIL	202.712,50	195.229,09	96,31
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	195.499,96	181.322,20	92,75
(+) Perda com o FUNDEB)	804.200,00	703.069,98	87,42
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.500,00	9.263,85	264,68
(-) Despesas Liquidadas superávit Fundeb	0,00	9.729,16	
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO</b>	<b>2.100.509,99</b>	<b>1.876.153,04</b>	<b>89,32</b>
<b>PERCENTUAL APLICADO</b>		<b>26,62</b>	

## 6. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Os gastos com saúde (ações e serviços públicos em saúde), atingiram o montante de R\$ 1.236.376,40, o que corresponde a 18,00% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o cumprimento do mínimo de 15% estabelecido na Emenda Constitucional n.º 29/2000.

### QUADRO 12 – RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS A AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

RECEITAS	PREVISÃO	Arrecadação	
		Até o Quadrimestre	%
	(a)	(b)	(b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	<b>286.500,00</b>	<b>387.966,16</b>	135,42
Receitas de Impostos	286.500,00	387.966,16	135,42
Receitas de Transferências Constitucionais	<b>6.821.000,00</b>	<b>6.481.005,55</b>	95,02
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>7.107.500,00</b>	<b>6.868.971,71</b>	96,64
<b>Mínimo a Aplicar em A S P S (15%)</b>	<b>1.066.125,00</b>	<b>1.030.345,76</b>	<b>96,64</b>
	PREVISÃO	DESPESAS	

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÃO	ATUALIZADA (a)	LIQUIDADAS	
		Até o Quadrimestre (b)	% (b/a)
ATENÇÃO BÁSICA	1.598.040,83	1.525.403,88	95,45
ASSIST.HOSPITALAR E AMBULATORIAL	151.183,25	151.183,25	100,00
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	0,00	0,00	0000
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	16.950,00	7.485,00	44,16
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	15.600,00	9.595,62	61,51
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES	385.000,00	377.274,95	97,99
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	872.919,95	834.566,30	95,61
( - ) Rendimentos de Aplicações Financeiras dos Recursos ASPS	2.000,00	0,00	0,00
<b>TOTAL APLICADO NO PERÍODO</b>	<b>1.291.854,13</b>	<b>1.236.376,40</b>	<b>95,71</b>

## 7. ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA – RESULTADO NOMINAL

No final do quadrimestre em análise, o Resultado Nominal foi de R\$ - 1.989.684,63, o qual foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, que consiste na verificação da variação do saldo do endividamento no período. Por essa metodologia, leva-se em conta a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no período de referência e o saldo da dívida fiscal líquida no final do exercício anterior ao de referência, sendo que, caso o resultado seja positivo = déficit e caso negativo = superávit. Pelo resultado apresentado, verifica-se que a dívida fiscal líquida do Município apresenta um saldo inferior àquele verificado ao final do período anterior, sinalizando, portanto, para uma diminuição no nível de endividamento municipal, evidenciando atingimento das metas de endividamento estabelecidas por Resolução do Senado Federal e, conseqüentemente, o compromisso fiscal da Administração Municipal previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

### QUADRO 13 – DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA / RESULTADO NOMINAL

<b>Especificação</b>	<b>Saldo Em 31/12/2009</b>	<b>Saldo Em 31/12/2010</b>	<b>Variação %</b>
I – Dívida Consolidada	658.386,45	623.626,11	5,28
(-) Ativo Disponível	1.391.004,24	2.769.531,71	1.449,98
(-) Haveres Financeiros	0,00	97,40	
(+) Restos a Pagar Processados	84.012,91	156.318,37	186,06
II – Dívida Consolidada Líquida	-648.604,88	-1.989.684,63	-32,60
III – Receita de Privatizações	0,00	0,00	0,00
IV – Passivos Reconhecidos	0,00	0,00	0,00
	<b>-550.130,07</b>	<b>-1341.079,75</b>	Resultado Nominal
V – Dívida Fiscal Líquida (II+III-IV)	-648.604,88	-1.989.684,63	-32,60
Receita Corrente Líquida	7.332.874,70	8.518.136,74	

Como se verifica, a dívida pública consolidada apresentou saldo de R\$ 623.626,11 assim discriminados: Operações de Crédito R\$ 147.205,26, Precatórios R\$ 88.709,12 e outras dívidas (RPPS) no valor de R\$ 387.711,73. Comparando-se esse saldo com aquele obtido ao final do exercício anterior, verifica-se um decréscimo da ordem de 5,28%, conforme demonstrativo acima.

Com relação à Dívida Consolidada Líquida – DCL, cujo comprometimento em relação à Receita Corrente Líquida – RCL não deve ultrapassar o limite de 1,20, observa-se que, no final do quadrimestre em análise, atingimos o índice de -23,36%, demonstrando, assim, que a Administração Municipal está cumprindo plenamente os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### 8- DISPONIBILIDADES / RESTOS A PAGAR

Outro importante indicador da prudência fiscal definido na LRF diz respeito ao acúmulo de restos a pagar (processados e não processados) comparado com a disponibilidade de caixa. Em 2010 os Restos a Pagar do Poder Executivo (R\$ 745.388,92) e Legislativo (R\$ 3.623,35) foram de R\$ 749.012,27. Já as disponibilidades, alcançaram R\$ 8.049.242,00. A relação “Saldo de Caixa / Restos a Pagar”, para cada fonte de recursos pode ser visualizada no quadro a seguir:



#### QUADRO 14 – DEMONSTRAÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Especificação	Restos a Pagar Exerc. Anteriores	Inscrições do Exercício	Disp. Financeira
Recursos Livres	0,00	116.855,54	1.017.822,43
Recursos da Educação (MDE)	0,00	49.290,72	235.823,02
Recursos da Educação (FUNDEB)	0,00	0,00	28.292,84
Recursos da Saúde (ASPS)	0,00	41.489,29	44.274,20
Recursos do R P P S	0,00	0,00	5.044.954,07
Recursos Salário Educação – União	0,00	34.620,35	39.366,72
Recursos Prog.Nacional Aliment.Escola-PNAE	0,00	578,80	13.816,25
Recursos Prog.Erradicação Trab.Infantil-Peti	0,00	300,00	6.786,58
Recursos PBT-Piso Básico Transição	0,00	150,00	2.889,81
Recursos Convênio Segundo Tempo	0,00	25.318,99	68.470,98
Recursos CIP_Contrib.Iluminação Pública	0,00	4.784,46	4.784,46
Recursos Prog.Orient.Apoio Sócio Famil.-OASF	0,00	7.615,43	7.804,36
Recursos Prog.Atenç.Integ.Familia-CRAS/PAIF	0,00	1.300,00	17.409,96
Recursos Conv.Min.Agricultura-Retroescavadeira	0,00	242.750,00	243.750,00
Recursos Conv.Min.Integ.Nacional_Def.Civil	0,00	206.782,14	720.720,00
Recursos Aquis.Equipamentos Hospital	0,00	13.490,00	13.490,00
Recursos Vig.saude-Vig.Sanitária	0,00	1.519,00	14.548,25
Recursos Farmácia Básica-União	0,00	2.167,55	7.383,56
Outros Recursos	0,00	0,00	516.855,29
<b>T O T A I S -----&gt;</b>	<b>0,00</b>	<b>749.012,27</b>	<b>8.049.242,78</b>

#### 9. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Conforme a Lei Municipal nº 1594/2005, o Município instituiu e mantém Regime Próprio de Previdência Social, destinado ao pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais. No período observado, as Receitas Previdenciárias atingiram a soma de R\$ 1.034.409,47, e as despesas com o pagamento de benefícios e outras despesas do regime de previdências, tiveram uma liquidação total de R\$ 202.473,30, obtendo-se um resultado superavitário de R\$ 831.936,17, o qual, conjugado com o saldo anterior das disponibilidades financeiras, resulta num montante atual de R\$ 5.044.954,07 os quais se encontram depositados em contas bancária específicas, devidamente aplicada em fundos de investimentos. O quadro a seguir evidencia a posição das contas previdenciárias ao final do quadrimestre.

**QUADRO 15 – RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS**

<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>Programadas</b>	<b>Realizadas</b>	<b>% Real/ Progr</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	489.000,00	667.773,85	136,56
<b>Receita de Contribuições</b>	145.000,00	164.494,06	113,44
Contribuições de Servidores p/ RPPS	145.000,00	164.494,06	113,44
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	
Receita Patrimonial (rendimentos de aplicações)	330.000,00	479.788,07	145,39
<b>Outras Receitas Correntes</b>	14.000,00	23.491,72	167,80
Compensação Previdenciária	14.000,00	23.491,72	167,80
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			
Alienação de Bens			
Outras Receitas de Capital			
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA ORÇAMENTÁRIAS</b>	330.000,00	366.635,62	111,10
Contribuição Patronal do Exercício	184.000,00	199.931,10	108,66
Contribuição Previdenciária-Regime Parc.Débito	46.000,00	47.390,48	103,02
<b>REPASSES PREVIDENCIÁRIO PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL</b>	100.000,00	119.314,04	119,31
<b>OUTROS APORTES AO R P P S</b>			
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)</b>	<b>819.000,00</b>	<b>1.034.409,47</b>	<b>126,30</b>

<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>Programadas</b>	<b>Liquidadas</b>	<b>% Liq / Progr</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital			
<b>PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>	229.000,00	202.473,30	88,42
Aposentadorias	190.000,00	172.786,61	90,94
Pensões	14.000,00	12.538,68	89,56
Outros Benefícios Previdenciários	25.000,00	17.148,01	68,59
Compensação Previdenciária do RPPS para RGPS			
<b>RESERVA DO RPPS</b>	590.000,00	0,00	
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)</b>	<b>819.000,00</b>	<b>202.473,30</b>	<b>24,72</b>

**RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I-II) 831.936,17**

	<b>Saldo no Início do Quadrimestre</b>	<b>Saldo no Final do Quadrimestre</b>
<b>DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS</b>	<b>4.759.895,92</b>	<b>5.044.954,07</b>

## **COMENTÁRIO FINAL**

Os resultados apresentados permitem concluir que a meta fixada para o Resultado Primário foi superada. As Despesas com Pessoal e a Dívida Consolidada Líquida como proporção da Receita Corrente Líquida – encontram-se abaixo dos limites legais. Fica demonstrado, assim, o atingimento das metas fiscais estabelecidas, bem como o atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dorvalino Didoné

Secretario de Finanças